



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO A INVESTIGAR A PRÁTICA DE CRIMES CIBERNÉTICOS E SEUS EFEITOS DELETÉRIOS PERANTE A ECONOMIA E A SOCIEDADE NESTE PAÍS, TENDO EM VISTA (I) QUE A POLÍCIA FEDERAL REALIZOU EM 2014 A OPERAÇÃO BATIZADA DE IB2K PARA DESARTICULAR UMA QUADRILHA SUSPEITA DE DESVIAR PELA INTERNET MAIS DE R\$ 2 MILHÕES DE CORRENTISTAS DE VÁRIOS BANCOS, QUADRILHA ESTA QUE USAVA PARTE DO DINHEIRO DESVIADO PARA COMPRAR ARMAS E DROGAS; (II) O ÚLTIMO RELATÓRIO DA CENTRAL NACIONAL DE DENÚNCIAS DE CRIMES CIBERNÉTICOS QUE APONTA UM CRESCIMENTO, ENTRE 2013 E 2014, DE 192,93% NAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO PÁGINAS NA INTERNET SUSPEITAS DE TRÁFICO DE PESSOAS, E (III) OS GASTOS DE US\$ 15,3 BILHÕES COM CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL EM 2010.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Do Sr. Delegado Éder Mauro)**

Requer o envio de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações sugerindo, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a implementação de sua legislação para regular e aumentar a segurança das operadoras de telefonia no que tange às práticas de crimes cibernéticos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no inciso I do art. 113, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja enviado à Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL sugestões de implementação de sua legislação para regular e aumentar a segurança das operadoras de telefonia no que tange à práticas de crimes cibernéticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para tanto, requer que seja levado em consideração as seguintes sugestões:

- 1) Que ordem judicial direcionada à operadora telefônica determinando o acesso a dados cadastrais seja cumprida imediatamente;
- 2) Que o Requerimento do Ministério Público solicitando à operadora telefônica o acesso a dados cadastrais telefônicos seja cumprido imediatamente;
- 3) Que o Requerimento de Autoridade policial direcionada à operadora telefônica referente a acesso de dados cadastrais estabelecidas em lei, seja cumprido imediatamente, bem como os requerimentos de bloqueio imediato de IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) de aparelhos furtados ou roubados identificados em ocorrência policial devidamente encaminhado às operadoras.

Sala de sessão, em de de 2015.

Deputado Delegado Éder Mauro
PSD/PA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2015
(Do Sr. Delegado Éder Mauro)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a implementação de sua legislação para regular e aumentar a segurança das operadoras de telefonia no que tange às práticas de crimes cibernéticos.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

O presente Requerimento de Indicação decorre de Audiência Pública realizada no dia 24/11/2015, às 15h, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga Crimes Cibernéticos na Rede Mundial de Computadores, fruto de aprovação de Requerimento n. 65/15, de autoria dos Dep. Delegado Éder Mauro e Dep. Rodrigo Martins.

Na ocasião estiveram presentes: Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho - Diretor de Relações Institucionais da Oi; Sr. Fábio Andrade - Diretor de Relações Institucionais da Claro/Embratel; Enylson Flávio Martinez Camolesi - Diretor de Relações Institucionais da Telefonica/Vivo; Nelson de Sá - Diretor de Segurança em T.I. da Tim; Leandro Guerra - Diretor de Relações Institucionais da Tim; e Nilo Pasquali - Gerente de Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Após a exposição dos convidados foi questionado pelo Dep. Delegado Éder Mauro às operadoras de telefonia e à ANATEL sobre os descumprimentos reiterados da obrigação das operadoras de informar dados cadastrais a requerimento de autoridade policial, descrita nos artigos 15, 17 e 21 da Lei nº 12.850/2013 e dos artigos 1º e §§1º e 2º do art. 2º da Lei nº 12.830/2013. Dentre os dispositivos citados, destaca-se o art. 15 da Lei nº 12.850/2013 que prevê:

“Art. 15 O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e



Deputado Delegado Éder Mauro
PSD/PA